



Número: **0029132-92.2008.8.20.0001**

Classe: **AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

Órgão julgador: **3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal**

Última distribuição : **18/09/2008**

Valor da causa: **R\$ 115.714,83**

Assuntos: **Dano ao Erário**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (AUTOR)			
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. (REU)		Leonardo Montenegro Cocentino (ADVOGADO)	
LENICE GOMES DE PAIVA FERREIRA (REU)		FLAVIANO DA GAMA FERNANDES (ADVOGADO)	
DOMINGOS SÁVIO DE OLIVEIRA MARCOLINO. (REU)		BRUNO DANTAS FONSECA (ADVOGADO) RODRIGO CAVALCANTI (ADVOGADO) SUMMAIA KANDICI CUNHA DOS SANTOS (ADVOGADO)	
RICARDO JORGE AZEVEDO LIMA (REU)		JOSE ALEXANDRE SOBRINHO (ADVOGADO)	
CABUGI ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME (REU)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO) JOSE ALEXANDRE SOBRINHO (ADVOGADO) LEONARDO DIAS DE ALMEIDA (ADVOGADO) NELSON GREGORIO BEZERRA JUNIOR (ADVOGADO)	
TOMAZ SALUSTINO ARAUJO SOARES (REU)		Thiago Araújo Soares (ADVOGADO) IRAN DE SOUZA PADILHA registrado(a) civilmente como IRAN DE SOUZA PADILHA (ADVOGADO)	
DETRAN/RN- Departamento Estadual de Trânsito do RN (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data	Documento	Tipo
99311936	27/04/2023 16:10	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal

Processo: 0029132-92.2008.8.20.0001

AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

REU: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., LENICE GOMES DE PAIVA FERREIRA, DOMINGOS SÁVIO DE OLIVEIRA MARCOLINO., RICARDO JORGE AZEVEDO LIMA, CABUGI ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME, TOMAZ SALUSTINO ARAUJO SOARES

DECISÃO

Vistos etc.

A parte demandada Mapfre Seguros Gerais S.A. peticionou nos autos (ID 99293529), informando que o juízo procedeu com a sua inscrição no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa do CNJ de maneira equivocada, porquanto teria implicado na sua inabilitação para contratar com o poder público com efeitos de abrangência nacional, enquanto que a medida deveria ter sido promovida com abrangência restrita ao âmbito estadual, conforme determinado no acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte; razão pela qual veio requerer a retificação desse aspecto.

Com efeito, diante de uma análise detida dos autos, em especial do acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (ID 99293547), o qual deu provimento parcial à apelação interposta pela parte ré, considero que o pedido ora formulado pela parte demandada Mapfre Seguros Gerais S.A. merece acolhimento.

No referido julgado, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte reformou parcialmente a sentença anteriormente proferida por este juízo, para determinar, dentre outras providências, a limitação da *“extensão da sanção civil de proibição de contratar com o poder público imposta à MAPFRE Vera Cruz Seguradora S/A ao âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, estendendo esse efeito aos demais litisconsortes, conforme art. 1.005, do CPC, nos termos do voto do relator.”* (vide documento ID 99293547).



Nesse sentido, em estrita observância ao acórdão proferido TJRN, determino que se proceda com as providências necessárias para que a medida de inabilitação de contratação com o poder público imposta à demandada Mapfre Seguros Gerais S.A se torne restrita ao âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

Dê-se ciência imediata ao CNJ para cumprimento dessa medida, diante da impossibilidade da inserção dessa limitação pelos meios disponibilizados no cadastramento eletrônico.

Após certificado nos autos o cumprimento da medida de restrição da penalidade de inabilitação de contratação ao âmbito estadual, retornem os autos para Contadoria Judicial – COJUD, para conclusão da análise contábil, devendo o curso do processo ficar sobrestado, até que venha aos autos o laudo contábil da COJUD.

Publique-se e cumpra-se, com urgência.

NATAL/RN, 27 de abril de 2023.

GERALDO ANTONIO DA MOTA

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

